



OSIRIS E ÍSIS: O MOVIMENTO DE AFRODESCENDENTES NA AMÉRICA LATINA E A CONTRIBUIÇÃO DAS MULHERES AFROLATINOAMERICANAS

Aisha Sayuri Agata da Rocha¹

Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, Brasília, DF, Brasil.

Marjorie Nogueira Chaves²

Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab), Brasília, DF, Brasil.

Resumo: As populações afrodescendentes da diáspora na América Latina possuem compartilhamentos de experiências e elementos de luta em comum. Conhecer a construção histórica de movimentos que lutaram por direitos, participação e reconhecimento é importante para reconhecer onde estamos hoje. O trabalho explora as alianças, as oportunidades e os desenvolvimentos dos movimentos afrodescendentes na região, reconhecendo a contribuição das mulheres afrolatinoamericanas para esse contexto. Partimos do pensamento negro contemporâneo latino-americano e das narrativas de mulheres negras ativistas.

Palavras-Chave: América Latina; Afrodescendentes; Mulheres Negras; Ativismo.

OSIRIS AND ISIS: THE AFRODESCENDANTS' MOVEMENT IN LATIN AMERICA AND THE CONTRIBUTION OF AFROLATINAMERICAN WOMEN

¹ Aisha Sayuri é mestranda em Direitos Humanos e Cidadania e graduada em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. Possui experiência profissional e acadêmica na área de direitos humanos, especialmente referente a pessoas defensoras dos direitos humanos, população LGBTI, gênero, raça e etnia. Também se dedica ao estudo de gênero e raça na América Latina, especialmente a partir de movimentos sociais. Mais recentemente tem abordado o tema da racialidade negra e amarela no Brasil. E-mail: aishasayuri@gmail.com ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8162-0129>

² Marjorie Chaves é doutoranda em Política Social e mestra em História pela Universidade de Brasília (UnB). É coordenadora do Observatório da Saúde da População Negra (PopNegra), vinculado ao Núcleo de Estudos de Saúde Pública (Nesp/Ceam-UnB) e pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab/Ceam-UnB). Possui experiência nos campos dos estudos feministas e de gênero, da epistemologia feminista negra e da História Social das Mulheres Negras. Atua e pesquisa nas áreas de saúde da população negra; educação popular em saúde; e mundos do trabalho e a questão racial, especialmente as abordagens sobre reprodução social. E-mail: pensadoranegra@gmail.com ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5317-1848>.



Abstract: The diasporic afrodescendent population of Latin America have a sharing of experiences and common elements of struggle. Knowing about the historical construction of the movements that fought for rights, participation and acknowledgement is important to recognize where we stand today. This paper explores the alliances, the opportunities and the developments of afrodescendent's movements in the region recognizing the contribution of afrolatinoamerican women for this context. We write based on the black latin-american contemporary thought and the narrative of black female activists.

Keywords: Latin America; People of African descent; Black Women; Activism

OSIRIS AND ISIS: EL MOVIMIENTO AFRODESCENDIENTE EN AMERICA LATINA Y LA CONTRIBUCIÓN DE LAS MUJERES AFROLATINOAMERICANAS.

Resumen: Las poblaciones afrodescendientes de la diáspora em América Latina comparten experiencias y tienen elementos de lucha en común. Conocer la construcción histórica de los movimientos que lucharan por derechos, participación y reconocimiento es importante para reconocer donde estamos hoy. Este trabajo explora las alianzas, las oportunidades y la evolución de los movimientos afrodescendientes em la región reconociendo la contribución de las mujeres afrolatinoamericanas para ese contexto. Partimos de lo pensamiento negro latino-americano y de las narrativas de las mujeres negras activistas.

Palabras-clave: América Latina; Afrodescendiente; Mujeres Negras; Activismo

OSIRIS ET ISIS: LE MOUVEMENT AFRO-DESCENDANT EN AMÉRIQUE LATINE ET LA CONTRIBUTION DES FEMMES AFRO-AMÉRICAINES

Résumé: Les populations afro-descendantes de la diáspora en Amérique latine partagent des expériences et des éléments de lutte en commun. Connaître la construction historique des mouvements qui se sont battus pour les droits, la participation et la reconnaissance est important de reconnaître où nous en sommes aujourd'hui. Le travail explorera les alliances, les opportunités et les développements des mouvements afro-descendants dans la région, et reconnaîtra la contribution des femmes afro-américaines dans ce contexte. Cela se fera sur la base de la pensée noire latino-américaine contemporaine et des récits des militantes noires.

Mots-clés: Amérique Latine; Afro-descendant; Femmes noires; Activisme

INTRODUÇÃO

Esse artigo reflete sobre a construção histórica do movimento negro, com destaque para a ação política e mobilização das mulheres negras na América Latina. Nós vamos partir dos anos 1980 e vir até o presente para explorar os compartilhamentos e conexões

estabelecidos entre as populações não brancas³ na América Latina; as demandas históricas das populações afrodescendentes da região e a contribuição dos movimentos de mulheres negras para esse contexto. Ressaltamos que o termo “afrodescendente” se refere às populações negras, e está sendo usado nesse trabalho para considerar, mais amplamente, as populações negras da América Latina já que nem todas usam o termo “negro” para se identificar.⁴

A pergunta principal desta reflexão é: como se construiu a atuação das mulheres afrolatinoamericanas? Nós vamos passar por algumas razões que nos fazem focar na América Latina como um todo e a importância das mulheres negras para os processos de lutas. Sendo assim, o objetivo é entender os meios da ação política e institucional das populações racializadas na América Latina, principalmente das mulheres afrolatinoamericanas no período dos anos 1980 até o momento.

Para construir todas essas reflexões utilizamos como referência autoras e autores da negritude, tomando como base teórica o pensamento negro contemporâneo que foi e está sendo produzido a partir de vários países da região. O trabalho está organizado em seções: (2) Diáspora e os corpos negros territoriais, (3) Parte de Osíris juntas, (4) O poder de Ísis e encerrando com algumas (5) considerações.

Na seção “diáspora e os corpos negros territoriais” contextualizamos brevemente a ordem mundial e o racismo estrutural para então entender o que enxergamos como diáspora africana a partir de Sheila Walker (2018) e do compartilhamento dos corpos negros territoriais, conceito de Daniela Lima Costa (2017). Na seção “parte de Osíris juntas”, tratamos das formas de resistência das populações negras, dando enfoque em como foi esse processo na América Latina, as alianças, as oportunidades e os desenvolvimentos desde os anos 1980. Em “O poder de Ísis”, exploramos mais a centralidade das mulheres, principalmente sua importância enquanto agentes de força e transformação política. Finalizamos com algumas considerações para conectar o que foi apresentado e tecer reflexões inspiradoras para os caminhos futuros.

³ É importante ressaltar que o racismo não atinge somente a população negra, mas, também os povos originários e outras populações racializadas que não fazem parte da identidade racial branca, por isso a menção a não brancas.

⁴ Foi no documento final da Conferência Preparatória Regional das Américas, em Santiago, no Chile, em 2000, que o termo “afrodescendente” foi usado para se referir às populações negras da América Latina sem que houvesse confusão ou problema com os processos e discussões nacionais. Como o trabalho trata de América Latina e não preferencialmente de algum país, decidimos seguir com o que foi feito nessa ocasião.



1. DIÁSPORA E OS CORPOS NEGROS TERRITORIAIS

O mundo como conhecemos é permeado por uma diversidade de estruturas raciais e racializadas. Raça é um conceito central para entendermos as relações interpessoais, sociais e internacionais. Ela foi a estrutura social fundamental para legitimar processos históricos – como a colonização, o tráfico de pessoas escravizadas e o imperialismo – que moldaram o mundo politicamente e culturalmente. A partir desses marcos, a branquitude⁵ espalhou violentamente seu projeto de poder e dominância pelo globo e acumulou diversos privilégios sociais. Segundo Almeida, “raça e racismo são produtos do intercâmbio e fluxo internacional de pessoas, de mercadorias e de ideias” (ALMEIDA, 2019, p.103), produtos que são reproduzidos e mantidos até o presente.

Logo, em termos gerais, podemos compreender raça como um conjunto de ideias e normas sobre uma identidade, podendo sempre mudar de acordo com o momento histórico, sendo que tem um importante efeito material, estrutural e substantivo na constituição do mundo e nas relações sociais (THOMPSON, 2013). Raça é uma noção que tem importância e finalidade política, tanto no caminho de naturalização das desigualdades no mundo, quanto na luta pela reivindicação de reparações sociais e históricas.

A ordem social que vigorava na criação das instituições atuais era racista,⁶ o racismo é parte e contribui para ordem social vigente. Sendo assim, é possível ver que raça e racismo não dependem de intenções ou de ações conscientes para serem estruturantes na nossa sociedade, são elementos que começam a se desenhar nos tempos coloniais e são reforçados nos séculos seguintes com a formação do Estado nacional, do ordenamento jurídico, das regras econômicas, das instituições. Nossa sociedade foi erguida no desrespeito às ordens sociais dos povos originários, afrodiáspóricas/os e outros povos não

⁵ Branquitude deve ser compreendida como a identidade racial branca. Ela traz consigo uma série de privilégios nas sociedades racializadas atuais e abarca tanto indivíduos brancos cientes de seus privilégios e que trabalham para combater a estrutura racial vigente quanto aqueles que negam sua posição de privilégio, mas, ainda assim, se beneficiam dela.

⁶ Ao analisar os contextos e processos históricos, percebemos que a naturalização das estruturas como o tráfico negreiro de escravizadas/os e o colonialismo, demonstram que as sociedades contemporâneas foram construídas a partir da exploração de pessoas não brancas e todas as regras foram criadas quando não se acreditava que essas pessoas eram dignas de direitos ou que mereciam proteção, por serem consideradas inferiores. Todas são estruturas racistas que ainda sobrevivem nos tempos atuais.

brancos, em favor da cultura branca e na ordem social europeia em que pessoas brancas são supremacia. Essa lógica de hierarquias e diferenciações raciais permanecem vivas nas relações pessoais e institucionais, sendo a base da organização da nossa sociedade, de modo que o “racismo não é um dado acidental, mas é um elemento constitutivo dos Estados modernos” (ALMEIDA, 2019, p.87).

Conhecendo parte das estruturas raciais e racistas que operam no mundo, podemos explorar mais sobre o que é ser um corpo negro e, principalmente, um corpo negro da diáspora africana⁷ que vive cercado destas estruturas. Nessa reflexão, diáspora faz referência às movimentações forçadas pelo Oceano Atlântico, ou seja, o tráfico de escravizadas/os africanas/os e a afrodescendência que se estabeleceu em diversos pontos do mundo, após esse processo violento e (re)nasceu como resistência. Nas palavras de Sheila Walker citando Joseph Ki-Zerbo: “a África é Osíris. Foi despedaçada e os pedaços foram dispersos pela terra. É nossa responsabilidade recompô-la” (WALKER, 2018, p.20).⁸ E agora, enquanto mulheres afrolatinoamericanas, façamos este esforço de nos recompor, começando por nós mesmas – negras na América Latina.

Para que possamos compreender quais são as consequências de ser um corpo negro no mundo como herança viva da diáspora e do continente africano, utilizaremos a ideia de corpos territoriais⁹ da pensadora Daniela Costa (2017). Os corpos territoriais devem ser entendidos como expressão de pertencimento e territorialidade, “é como se cada corpo territorial negro fosse uma nação dentro de outra nação” (COSTA, 2017, s/p.). Nossos corpos negros carregam uma nação dentro de si, uma territorialidade e uma

⁷ Uma das principais referências sobre o tema é o livro “Atlântico Negro” de Paul Gilroy. Nesta obra, o autor chama a atenção para a experiência de desterritorialização e as trocas culturais propiciadas pelo deslocamento pelo Atlântico. Esse movimento diaspórico teria sido redefinidor das culturas e identidades negras, de forma que não podem ser concebidas dentro de fronteiras nacionais, justamente por serem fundadas em encontros, fluxos e trocas.

⁸ O mito que inspira essa analogia é um conto da cultura egípcia ou kemética. Kemet, segundo Diop (1981) é região africana de povo preto. Osíris é o primeiro rei dos mortais, ele ensinou o povo a sobreviver e cultivar. Ísis era sua esposa e irmã, adorada em todo o Kemet como quem conhecia as palavras de poder. Osíris saiu em viagem para ensinar a humanidade e ao retornar seu irmão Seth o matou e o jogou no Rio Nilo. Ísis saiu a procura do marido. Ela o encontrou, levou-o de volta e o escondeu. Mas Seth o encontrou e cortou o corpo de Osíris em pedaços que foram espalhados por todo o Kemet. Ísis e sua irmã, Néftis, saíram em busca de todos os pedaços de Osíris. Com a ajuda de Anúbis e Toth, elas reuniram Osíris em sua forma real, que depois foi embalsamado. Então Ísis se transforma em um falcão e sopra sobre Osíris o sopro da vida (WILKINSON, 2018).

⁹ É importante ressaltar que existem marcadores sociais de gênero, sexualidade, classe, entre outros para além de raça. São estruturas que também afetam os corpos negros territoriais e moldam suas trajetórias porque somos diversas/os dentro dos nossos compartimentos.



ancestralidade própria e negra. Somos um povo diverso cujo território foi fragmentado pelo mundo, sendo hoje expresso de muitas formas, inclusive em nossos corpos. Não importa em que lugar da diáspora ou do mundo estamos, nossa ancestralidade e nosso território se manifestam por meio de nós.¹⁰

E, por isso, quando falamos em corpos negros, não devemos pensar só em corpos físicos, porque somos memória e história em nós mesmas/os. A trajetória e experiência dos corpos afrodiaspóricos geraram uma nova forma de territorialidade, muito mais fluida: como ainda tinham ligações fortíssimas com seus costumes, culturas e histórias desde Áfricas, encontraram formas de expressar sua identidade e seu território desse lado do Atlântico. Sendo assim, para sobreviver e viver sem perder suas raízes, a territorialidade dos povos africanos passou a ser algo que poderia existir independente do lugar onde pisavam. Transformou-se de algo contido num terreno, para uma expressão carregada no corpo e na memória pelos mares do mundo.

Somos atlânticas/os. Num processo de transmigração, conectamos África e América, América e África em um vai e vem constante (ÔRÍ, 1989). Pensando no estabelecimento dessas conexões e ancestralidade, podemos dizer que a diáspora africana e os corpos negros são especialistas na arte de trazer e levar culturas a partir de sua memória, de seus corpos, de suas cabeças, em uma tradição viva e oral. Somos e formamos nossa nação em nós, sem importar onde estamos no mundo. Nos vemos, nos conectamos, nos juntamos e, assim, somos nosso próprio território, criamos nossa própria territorialidade,¹¹ forjando nossos espaços e nossa presença. Por conta das hierarquias raciais e do racismo, os corpos negros territoriais são muitas vezes vistos como estranhos e são inferiorizados, não sendo bem-vindos nos espaços dominados pelos brancos. Isso

¹⁰ Para melhor compreender esta ideia, sugere-se o documentário Ôrí (1989) produzido por Raquel Gerber e roteirizado por Beatriz Nascimento. A roteirista reconhece a importância do corpo negro não só como estética, mas como memória e identidade dos deslocamentos que pessoas negras historicamente tem e tiveram. A trajetória atlântica é a trajetória do mar, que representada na população negra, nos faz ser movimento e meio de ligação.

¹¹ Na perspectiva do pensamento negro contemporâneo, podemos notar a presença dessa ideia com outras propostas sobre território e nação a partir do agrupamento das pessoas negras. Podemos apreender isso, quando Lélia González (2020) propõe uma Améfrica Ladina ao invés de América Latina, para ressaltar a importância das heranças do encontro entre América – povos originários – e África – povos africanos – na construção da nossa região. Ou no Quilombismo de Abdias Nascimento (2019), em que as pessoas negras têm uma centralidade política por ser a maioria da população brasileira, com um projeto de nação que ressignifique e modifique o território. Esses são alguns exemplos, mas a própria reivindicação de quilombos urbanos e a posse da terra nos quilombos rurais também demonstram como o território é central para os corpos negros.



vai muito além de poder ou não estar em algum lugar em que a branquitude seja dominante, também diz respeito ao acesso à cidadania, a direitos e ao poder de decisão.

O racismo e a exclusão decorrente dessa inferiorização se manifesta não apenas no cotidiano das relações sociais, mas também em contextos mais amplos, sendo possível percebê-las nas instituições públicas. Essas entidades – que deveriam garantir a igualdade para todas/os e o pleno gozo de direitos fundamentais, falham em atender devidamente populações negras e não brancas, sendo evidente que também fazem parte e dão continuidade à estrutura social racista que falamos anteriormente.

Sem o acesso à cidadania, pessoas negras se tornam *outsiders*¹² (COSTA, 2017) dentro do próprio lugar onde nasceram e cresceram. Essa dinâmica pode ser potencializada quando nossos corpos transitam para outros lugares em que também são uma presença incomum e estrangeiras/os. Exemplos dessa dinâmica ficam muito evidentes quando falamos em fluxos migratórios de pessoas não brancas: seja na busca de refúgio por haitianas/os no Brasil e o subsequente racismo e xenofobia com que se deparam ao viverem aqui ou no recente fluxo de venezuelanas/os, podemos perceber que, quando corpos territoriais não brancos e, por isso, “estranhos”, chegam a um Estado nacional e são tratados com hostilidade tanto por serem racialmente negros ou originários, quanto por não serem nacionais de lá: um combinado de racismos que enfatiza a territorialidade própria desses corpos forçados a migrar.

Dessa forma, podemos ver que somos corpos estranhos não só em um bairro rico ou em uma universidade. Também somos corpos estranhos dentro dos Estados que nos negam e dificultam acesso à direitos, cidadania e pertencimento. Em favor de uma ideia de unidade nacional, manifestações regionais que acabam sendo dissolvidas para beneficiar os que detém o poder, no caso, as elites políticas brancas que criam e mantêm o domínio do Estado. As práticas de poder e de dominação que permeiam a estrutura e a força estatal são transformadas em ferramentas de normalização das diferenças sociais. E uma ordem é mantida com base na vigilância constante e controle da população desses nossos corpos estranhos e não brancos.

Considerando todas essas estruturas, podemos reputar os corpos territoriais negros como referenciais de resistência só por existirem em qualquer espaço do mundo branco,

¹² *Outsiders* em uma tradução livre seria “forasteiras/os” ou “intrusas/os”, basicamente denotando a ideia de que alguém não é pertencente àquele grupo, sociedade ou Estado.



ainda mais em lugares que foram embranquecidos.¹³ Somos um corpo estranho que vai contra as normas impostas à negritude e que diz que deve ser escondida e marginalizada. Os corpos territoriais negros apenas por aparecerem estão fazendo uma afirmação política significativa e contracolonial,¹⁴ a partir da identidade e memória que carregamos conosco. Construimos nossas territorialidades a partir do nosso poder e autonomia, enquanto indivíduos vivos que querem continuar vivos e vivendo.

E isso é o mais importante e não pode ser esquecido: não importa em que parte do mundo estejamos, durante toda a história do povo afrodiáspórico, somos um ponto de resistência às imposições culturais europeias e brancas e às narrativas que querem apagar nossa existência e protagonismo. Esse é nosso compartilhamento fundamental que permite que a gente se reconheça sem antes se conhecer (WALKER, 2018), tanto pelas dificuldades enfrentadas em nossa existência cercada pelo racismo estrutural, quanto por nossas formas de continuar trilhando caminhos brilhantes, novos significados e novas alianças.

2. PARTES DE OSÍRIS JUNTAS

Podemos dizer que, não é porque o mundo é embranquecido e todas essas histórias e estruturas racistas continuem operando, que as populações negras e/ou não brancas são inexistentes ou não se mobilizam. Mesmo invisibilizadas com tudo que quiseram tirar de nós e de nossa existência, nossas vozes ainda ecoam e causam rebuliço.

Osíris é a divindade kemética que surgiu para governar o mundo mortal, mas foi despedaçado e espalhado por todo o Egito, sendo recomposto por Ísis. De forma parecida, podemos pensar que o continente africano, seus povos e culturas foram retalhados e espalhados pelo mundo e estamos tentando nos recompor de alguma forma para nos reencontrarmos.

¹³ Embranquecidos aqui é colocado para nos lembrar que existem espaços em que nós negras/os fomos sistematicamente e forçosamente apagadas/os; mesmo que tenhamos tido papel central e estruturante, não recebemos o devido reconhecimento. Logo o espaço é reconhecido como branco, pois a essencial participação negra é embranquecida, para que continuemos sendo excluídos desses espaços, por exemplo, as lutas pela abolição.

¹⁴ Contracolonial faz referência a categoria idealizada pelo pensador quilombola Antônio Bispo dos Santos (2015). Ele diz que a a contracolônização compreende os processos de resistência de povos, raças e etnias na defesa de seus territórios, símbolos e modos de vida. A postura contracolonial enfatiza a ação de contraoposição ao processo colonial, um confronto direto pelo espaço que coloca o enfrentamento ao racismo como eixo central.

Nesta proposta, damos enfoque à América Latina ou Abya Yala¹⁵ e na ação das mulheres desse lugar onde estamos e existimos como corpos negros territoriais. Ainda assim, é um recorte ambicioso tratar de uma região tão parecida, mas também tão diversa. Passamos por processos semelhantes, mas cada região da América Latina tem sua formação histórica e cada sociedade possui suas próprias dinâmicas e organizações diferentes entre si, além das próprias percepções e construções de racialidade e racialização.¹⁶ Cada mobilização de resistência se organiza ao redor das capacidades e das dinâmicas do seu território, do seu pedaço de América Latina e, ainda assim, “quase todos os problemas que os negros, nessa região, enfrentam são muito parecidos” (XAVIER, 2019). Não devemos perder de vista nossa multiplicidade e diversidade de experiências, mas pretendemos mostrar que é possível, em termos não tão específicos, que nossos compartilhamentos falem mais alto que nossas diferenças e, a partir disso, uma ação política conjunta possa ser desenvolvida.

Grande parte dos países da América Latina têm suas histórias nacionais criadas a partir de um mito de encontro e conciliação entre invasores europeus, os povos originários e as/os africanas/os escravizadas/os. A valorização do que seria o resultado desses “encontros” entre os diferentes povos, foram violências perpetradas pelos povos dominantes sobre outros que tentavam sobreviver em um regime de vulnerabilidade e exploração, foram parte da construção da identidade coletiva das populações nos territórios. Isto, foi acompanhado de perto por um discurso que colocava como meta chegar à cor da pele branca do europeu principalmente através da valorização da miscigenação, e, assim, embranquecer a história e herança latino-americana que é originariamente indígena.

Isso não quer dizer que as pessoas brancas ocupem um não-lugar na América Latina. Elas possuem vantagens estruturais em relação às pessoas não brancas que

¹⁵ Abya Yala era um dos nomes que povos originários, especificamente o povo Kuna da atual Colômbia, davam à região das Américas. Desde 2004, com o *II Cumbre Continental de los Pueblos y Nacionalidades Indígenas de Abya Yala* realizada em Quito, esse nome vem sendo progressivamente usado por diferentes movimentos de povos originários para construir um sentimento de unidade e pertencimento (PORTO-GONÇALVES, 2009), assim como estabelecer um discurso contracolonial sobre a América Latina. O uso de “América Latina” no restante do artigo ressalta o aspecto eurocêntrico, discriminatório e desigual (ALMEIDA; SILVA, 2015) que estamos sujeitas/os na região, para enfatizar o enfrentamento dos grupos contracoloniais, com foco nas mulheres negras.

¹⁶ Racialidade faz referência às identidades raciais e a racialização refere-se ao processo de atribuir características específicas a um grupo de pessoas que seriam associadas à sua raça. São elementos que se conectam, pois é através da racialização que se pode produzir as diferentes identidades raciais.



também são latino-americanas. A identidade “latina” para uma pessoa branca pode ser entendida como a responsabilidade em assumir uma posição antirracista por ser uma/um beneficiária/o do racismo estrutural que funda e move nossas sociedades. Há uma memória sangrenta na América Latina, assim como também há uma memória de resistência. As populações residentes lutaram e lutam ainda hoje pela autonomia e posse de suas terras e vidas. A presença de povos originários é uma realidade de toda a América Latina, sendo elemento central quando falamos sobre latinidade.¹⁷

Os povos originários são parte da ancestralidade, da história e da construção das sociedades latino-americanas. Além desses povos, outra população que não é devidamente reconhecida nas suas contribuições e participação na formação dos Estados da América Latina são as/os africanas/os escravizadas/os trazidos para a região à força e seus/suas descendentes. Os saberes, a cultura, a organização social e o trabalho desses povos são o que formou o que conhecemos como América Latina.

Para propor uma nova interpretação, podemos falar em Améfrica Ladina, ao invés de América Latina: o território e cultura que é a combinação da América e povos originários, África e os povos africanos e o que resultado do encontro, embates e convivência entre esses povos e a população latina europeia que invadiu a região. (GONZALEZ, 1988). Todos mudaram e se recriaram a partir desses novos encontros e a latinidade é marcada pelos elementos ameríndios e africanos, sendo a negação da presença afro-ameríndia em nossa região um dos efeitos do racismo na constituição do mundo (CARDOSO, 2014). Nós existimos tendo a amefricanidade como categoria que expressa nossa resistência contra a colonialidade por toda a América Latina (CARDOSO, 2014).

A presença, ausência, exploração e descartabilidade dos corpos não brancos foi determinada pelas construções, necessidades e objetivos específicos que o invasor tinha para aquele território. Essas experiências geraram diferentes contextos raciais e políticos nos diversos países latino-americanos. O Brasil tem uma por exemplo é singular por abrigar grande parte da população negra da região que internamente, soma 56,2% da população nacional (IBGE, 2019). Cuba, Colômbia, Costa Rica, Equador e Panamá são

¹⁷ Latinidade é a ideia de uma identidade compartilhada na América Latina, que tem bases raciais importantes por conta dos povos originários e afrodiaspóricas/os que compõem a história, a economia e a cultura da região.

outros países que, em termos numéricos, contam com uma população negra significativa (CEPAL, 2016).

Não quer dizer que o restante da América Latina não tenha presença negra, mas fomos esquecidas/os ou apagadas/os historicamente desses outros espaços. Ideias de integração racial tiveram que ser criadas para servir com o propósito unificador do Estado nacional (CURIEL, 2008) em diversos países. Estratégias muito parecidas foram utilizadas com o mesmo objetivo nos vários países latino-americanos: mestiçagem, democracia racial e políticas de embranquecimento são exemplos mais evidentes. Baseadas na ideologia de branqueamento, elas fortaleceram o racismo estrutural, colaborando para o racismo de Estado suas necropolíticas,¹⁸ uma estratégia de controle social e racial da vida na América Latina, que hoje pode ser percebida na presença de negras/os e povos originários nas classes sociais mais exploradas e na exclusão desses grupos como sujeitos de direitos

Por meio dessas políticas embranquecedoras, a ideia de que povos originários e/ou afrodiáspóricas/os “não existem” ou não pertencem aos países latino-americanos foi sendo reforçada e naturalizada. As populações afrodescendentes da América Latina perceberam que seus interesses e necessidades são próprios e não estavam sendo plenamente incorporados pelos movimentos sociais de seus países (PINEDA G., 2018). Dessa forma, uma das lutas com maior destaque na América Latina é a busca pelo reconhecimento sob diversas formas. Essa luta está no enfrentamento necessário para que as nossas demandas sejam contempladas; para que haja reconhecimento da importância e participação de povos originários e afrodiáspóricas/os na história nacional; na reivindicação da autodeterminação identitária; da participação em projetos de desenvolvimento da nação; na participação política efetiva; entre outros.

Outra forma de reconhecimento recorrente nas mobilizações de afrodescendentes na América Latina é a presença nos censos nacionais de perguntas relativas ao pertencimento racial da população (PASCHEL, 2018). Os dados desagregados são uma ferramenta fundamental para a promoção de políticas públicas e enfrentamento da desigualdade racial, sendo uma das prioridades na América Latina. A coleta e produção

¹⁸ Achille Mbembe (2016) baseia-se no conceito de biopoder de Michael Foucault para examinar as trajetórias pelas quais o estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar, sendo o racismo uma tecnologia que permite o seu exercício na sociedade.



dessas informações é etapa importante para afirmar a presença negra nos países e para guiar as mobilizações e demandas frente às instâncias políticas. Segundo o relatório da Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe (CEPAL), a projeção é quem no final de 2020, “17 de 20 países da América Latina terão incluído a autoidentificação das pessoas afrodescendentes” em seus censos demográficos (CEPAL, 2016, p.34). Em decorrência da pandemia de COVID-19 muitos países tiveram que adiar suas coletas de dados demográficos nacionais, a América Latina não foi uma exceção.

O que podemos falar é que no último ciclo de censos, de 2010-2020, já havia 14 países com perguntas sobre autoidentificação para a população afro: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela (DEL POPOLO, 2019).¹⁹ Todos esses países também possuem perguntas em seus censos para identificar os povos originários que compõe sua população, alguns com mais detalhes, inclusive por etnias. Vale a pena comentarmos que alguns desses países, como a Colômbia, Guatemala, Honduras, Panamá e Paraguai, possuem perguntas mais elaboradas sobre a população afrodescendente, contando com a possibilidade de informar o pertencimento a comunidades tradicionais afro em cada país, como as palenqueras, garífunas e kambas.

O acesso à dados desagregados por raça/cor na composição de nacionais de um país, nas informações de saúde, acesso à educação, participação no mercado de trabalho, acesso à justiça, entre outros, é fundamental para que os movimentos afrolatinoamericanos possam se organizar e reivindicar mudanças perante os Estados e poder público em áreas específicas. Isso é tão significativo que foi a partir da demanda dos próprios movimentos afrolatinoamericanos que grande parte das inovações na coleta de dados demográficos nacionais sobre raça se deu.

Essa questão esbarra em outra batalha da negritude latino-americana: a reafirmação identitária. Com o histórico das políticas de embranquecimento, o autorreconhecimento como parte da população afrodescendente de um país não ocorre facilmente. Mas é uma mudança progressiva que pode ser notada aos poucos nas sociedades: a herança africana diaspórica tem sido mais visibilizada e reivindicada pela América Latina. Mais pessoas e cada vez mais jovens, estão tomando consciência de sua

¹⁹ Alguns desses países já contaram com a informação no ciclo de 2000-2010, como é o caso do Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Honduras e Nicarágua. No último ciclo (2010-2020), somaram-se a lista pela primeira vez: Argentina, Bolívia, Guatemala, Panamá, Paraguai, Peru, Venezuela e Uruguai. (DEL POPOLO, 2019)

existência como pessoas não brancas e negras (PASCHEL, 2018). Nos conhecemos e reconhecemos através de encontros, da arte, da representação e do acolhimento colaborando fundamentalmente com a politização de existências e com a consciência racial. “A combinação de formas históricas de mobilização negra e de produção cultural politizada criou novas formas de mobilização que são sem dúvida mais populares que suas encarnações anteriores” (PASCHEL, 2018, p.302). Novos públicos estão sendo atingidos pela onda de conscientização racial e compreendendo nosso lugar no mundo como populações racializadas desprivilegiadas. É a partir disto que nos fortalecemos na luta e organização política.

Os Estados latino-americanos têm problemas em reconhecer a existência do racismo estrutural em seus territórios e, por isso, aderem somente a uma resposta incompleta que não fornece nenhum tipo de inclusão política, sem concretizar o esforço no enfrentamento do racismo. Essa resposta incompleta é a cidadania multicultural,²⁰ que foca na inclusão a partir da justificativa de posse de uma identidade étnica e racial distinta, ao invés de centrar na reparação de exclusões e marginalizações que resultaram de políticas de discriminação racial.

É importante chamarmos a atenção para o fato de que, tanto povos originários, quanto afrodiáspóricas/os são vitimados pelo racismo de Estado e que a cidadania multicultural é insuficiente para resolver os problemas e necessidades de ambos os grupos. A falta de acesso a direitos e as exclusões políticas e sociais precisam ser combatidas e, somente esta estratégia não é o suficiente. Combinar esforços de reconhecimento cultural com as estratégias antirracistas de enfrentamento da discriminação racial e com as demandas por redistribuição de riquezas e poder político, pode ser via de troca central para a mobilização afrolatinoamericana.

Os povos originários também são parte do Osiris que precisamos reconstruir; nossos laços e influências foram intensificados com o decorrer do tempo e não podemos deixar de ouvi-los e nos associarmos em nossas batalhas. Nossa pluralidade esbarra no contato e na troca com os povos de diversas etnias. As organizações quilombolas, palenqueras, garifunas e demais comunidades tradicionais possuem compartilhamentos

²⁰ A cidadania multicultural foi um fenômeno na América Latina que tentou assegurar direitos coletivos para povos originários em diversas áreas (status oficial para a língua, educação bilíngue, direitos de propriedade coletiva, entre outros) e funcionou como uma tentativa de reparação e legitimação do Estado democrático de direito em alguns países (HOOKER, 2006).



diretos com a ancestralidade africana e com a cultura dos povos originários. Nossa mobilização nasce e floresce nesses encontros.

É a partir desse cenário múltiplo de encontros que as/os afrodescendentes na América Latina, armadas/os de seus discursos de combate à discriminação racial (HOOKER, 2006), desenvolveram os próprios caminhos para levar à frente as demandas da população negra através de movimentos afrolatinoamericanos. Para Luiza Bairros, existem “múltiplas possibilidades de organização política da identidade negra” (BAIRROS, 2012, p.841) e com essa multiplicidade se ganha maior penetração em muitos setores e espaços de discussão. A estratégia de atuação em vários espaços tem possibilitado que o movimento afrolatinoamericano cresça e aumente a sua influência na região.

Isto não acontece sem a construção ou o esforço coletivo. Por mais que os compartilhamentos e as possibilidades de associação existam, cabe a nós torná-las uma prática na realidade. “A barreira da língua, de certa forma, dificulta essa integração da luta antirracista” (LEMOS, 2019) na América Latina. O Brasil é um país grande e que conta com uma expressiva população negra, mas é um dos poucos que fala a português. Enquanto isso, nossos países vizinhos falam o espanhol e alguns outros espaços, principalmente no Caribe, falam o inglês. Temos três línguas diferentes se encontrando para fazer uma construção coletiva, mas isso não impossibilita sua organização política. As mulheres negras demonstraram com os Encontros Feministas Latino-Americanos que é possível fazer funcionar: “a gente faz um esforço enorme para poder se entender” (LEMOS, 2019), é um processo de escuta e fala para que possamos nos compreender melhor como população negra na América Latina e conectar nossas mobilizações.

E um dos momentos cruciais para os movimentos afrolatinoamericanos foram os anos de 1980. Durante essa década, a América Latina passou por processos de redemocratização e, com isto, os movimentos sociais ganharam maior visibilidade na arena política, principalmente como parte de um empreendimento para dar espaço a outros atores. E também quebrar com o legado dos regimes ditatoriais autoritários, demonstrando que os novos governos tinham um discurso que se propunha como diferente, dando espaço para a inclusão e participação democrática de todas/os



(ZAMBRANO, 2017).²¹ Foi nesse contexto, com essas reformas de redemocratização, que houve uma oportunidade política de tentar mudar e reverter as situações de exclusão e discriminação racial na América Latina (HOOKER, 2006). Estes movimentos aproveitaram a chance para trazer algum avanço.

É claro que as organizações negras contemporâneas surgiram antes disso, mas elas usaram o período dos anos 1980 como plataforma de projeção para o debate racial, principalmente no esforço de diálogo com o Estado. Como parte dessas mobilizações que conseguiram ganhar renome e reconhecimento neste período, temos os movimentos negros urbanos. Eles são os mais conhecidos e que constroem um diálogo constante com as instituições e espaços culturais das cidades. Nos movimentos negros urbanos contemporâneos da América Latina dava para notar uma influência das lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos, o movimento *Black Power*, a luta antiapartheid na África do Sul e as mobilizações pela independência de países africanos (PASCHEL, 2018).

Essa rede de influência e inspirações dos movimentos urbanos nos mostra que uma crescente luta antirracista pode fomentar o surgimento de iniciativas parecidas em outros cantos do mundo também. O Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, abreviado para Movimento Negro Unificado (MNU), criado por entidades negras brasileiras no final da década de 1970, ganhou proeminência e foi inspiração na América Latina com suas políticas e ações sociais. Dentro das atividades do MNU, havia muito trabalho nos núcleos de base, levando a proposta de conscientização racial e se comunicando para construir uma identidade coletiva entre afro-brasileiras/os, principalmente as/os mais jovens (PASCHEL, 2018).

Além dessa esfera formal e institucionalizada da mobilização negra urbana, não podemos esquecer das políticas e iniciativas culturais e de educação que também impactam e geram mudança nas sociedades, principalmente nas comunidades negras e que estão fora do espectro da política institucional formal. Ainda assim, estas organizações negras independentes constituem um papel importante na luta antirracista e na conscientização coletiva. A representatividade, a educação e a cultura entram em um âmbito maior de ação de ativistas e organizações de movimentos negros, conferindo

²¹ Os discursos não necessariamente se convertiam em realidade. Contudo, esse novo cenário político de redemocratização deu abertura para mais manifestações e demandas políticas, sociais e culturais de movimentos sociais, principalmente no Brasil, na Argentina, no Chile e no Peru (ZAMBRANO, 2017).



outras possibilidades de conquistas e espaços para reflexão sobre o que é ser negra/o, os nossos direitos, nossas necessidades, nossos compartilhamentos e nosso futuro. Não depender somente da atuação político-institucional é expandir os horizontes do que se vê como mobilização social e organização da sociedade civil, a partir de uma perspectiva que envolva cada vez mais partes de um coletivo.²²

Os processos de crescimento de movimentos sociais e do ativismo foram uma história compartilhada na América Latina: desde aproveitar a oportunidade política da redemocratização, até a importância das atividades culturais e educacionais. O desenvolvimento dos movimentos afrolatinoamericanos se conecta através das fronteiras da América Latina, nas condições de seu surgimento e nas demandas e perspectivas colocadas em debate. As inspirações mútuas internas e externas, o momento político, as comunicações e possibilidades de encontros regionais e internacionais estimularam a comunicação e a conexão na luta antirracista construída por aqui e, continuamente, essa conexão não deve ser esquecida por nós que estamos construindo e queremos atuar na luta antirracista nos dias atuais.

Por isso falamos em movimentos afrolatinoamericanos no coletivo: porque nosso surgimento foi conjunto, nosso desenvolvimento foi compartilhado, nossas bases se tocam, nossas lutas, enfrentamentos e desafios se parecem e, ainda assim, somos várias/os e diversas/os. Mesmo com as especificidades sócio-históricas de cada região, as populações afrolatinoamericanas ainda compartilham desafios, propostas, mobilização e memória. Existe espaço para nosso crescimento e construção conjunta.

Dentro dessas construções, precisamos mencionar também que as mulheres negras eram e, continuam a ser, os pilares que mantêm o bom funcionamento dos espaços que constituíram projetos políticos de mobilização. Isto se dá mesmo quando são forçadas a agir somente nos bastidores, sem o devido reconhecimento. Essa é uma herança que vem sendo reforçada na diáspora: a centralidade das mulheres negras. Atualmente, é possível perceber o maior protagonismo das mulheres negras: “[elas] são o setor mais organizado do movimento social hoje” (RIBEIRO, 2019), atuando enquanto sujeitas políticas que tomam a frente de forma inspiradora ao redor das questões raciais e de gênero. Isto nos

²² Por mais que esse trabalho foque na atuação institucional é importante salientar o papel constante que as formas e estratégias de mobilização orgânicas e independentes têm na organização das ações antirracistas. A cultura e a educação são elementos importantes para trazer mais pessoas jovens para a ação política, além de atuar em espaços em que a política institucional não chega. Perceber a integralidade e complementariedade entre estas formas de ativismo é uma estratégia importante para o futuro da mobilização afrolatinoamericana.



fornece um primeiro vislumbre dos poderes das Ísis que sustentam e constroem parte dos movimentos afrolatinoamericanos e da luta antirracista por toda a região.

3. O PODER DE ÍSIS

Ísis é uma divindade da cultura kemética já mencionada. Ela é aquela que busca por todos os pedaços de Osíris, a fim de que possa reconstruí-lo e, assim, se reunir com ele mais uma vez. Uma mulher, como figura central de poder que invoca reconstrução e vida. Ao trazer a imagem dela para falarmos do poder e da centralidade das mulheres afrodiaspóricas, estamos trazendo à tona a ancestralidade refletida em quem nós somos, como figuras potentes e essenciais nos caminhos de lutas, sopros de vida e perseverança para os grupos, famílias e comunidades que integramos. Ísis insistiu em sua busca por reconstruir uma das divindades keméticas mais importante, perseverante na tarefa não só por si, mas pela comunidade do Kemet.

Essa comparação demonstra como as mulheres negras exercem papel fundamental de sustentação dos grupos que fazem parte: a centralidade das mulheres é parte da estrutura ancestral na organização das comunidades negras, sendo passadas de geração a geração através dos mares e dos territórios. “As mulheres negras desde a época da escravidão se destacam como esteio da família” (RIBEIRO, 2019), inclusive podendo ser evocada nas antigas mitologias, tradições e religiões africanas como as deusas keméticas ou as ialodês na cultura iorubá, mas também é presente nas mais recentes organizações de populações tradicionais no continente africano e nas comunidades negras da diáspora.

As posições de liderança e responsabilidade das mulheres em diversas questões sejam religiosas, culturais e políticas é muito antiga e vem desde muito antes da história do colonialismo europeu (WERNECK, 2005). Essa foi uma herança que atravessou os mares, se adaptou e se (re)construiu de forma a fazer sentido nos novos territórios, com os novos encontros e nas novas dinâmicas que surgiam através do Atlântico Negro.

Mesmo que em outra roupagem, as mulheres negras na diáspora e, portanto, nós, as mulheres afrolatinoamericanas, continuamos a ser símbolo de liderança e responsabilidade onde estamos e onde construímos nossos laços. Nós somos agentes políticas de mudança. Mulheres negras têm o poder de transformação por meio de suas lutas e uma responsabilidade com a coletividade por serem os pilares das suas

comunidades e famílias além de figuras de destaque dentro das organizações negras, mesmo que não reconhecidas por sua liderança.

Vale dizer que, tanto para os movimentos afrolatinoamericanos no geral, quanto para a mobilização das mulheres afrolatinoamericanas, a multiplicidade é uma das regras. A nossa atuação se dá em várias frentes: estamos desde os partidos políticos, instituições e movimentos sociais até grupos culturais, sindicatos, grupos de estudo, entre outros. É um envolvimento constante com a ação política em várias áreas, de várias formas, que marcam presença, mesmo não tendo o devido reconhecimento em nosso papel-chave (WERNECK, 2005).

Estamos sendo protagonistas de um crescente movimento com maior participação, envolvimento e visibilidade de mulheres negras e originárias na luta antirracista e no enfrentamento de outras estruturas que oprimem e discriminam. Para as afrolatinoamericanas, essa trajetória de organização, construção coletiva e visibilidade começa principalmente durante os anos de 1970, quando a organização de movimentos negros foi se consolidando e depois nos anos 1980, quando cresceram as denúncias públicas do sexismo e da exclusão das mulheres dentro desses espaços (PASCHÉL, 2018). Os eventos de encontro de mulheres negras, tanto nacionalmente, quanto regionalmente se tornaram palcos em que “as mulheres negras expressavam publicamente a sua não representatividade política junto ao movimento feminista, ao movimento negro e à sociedade” (RIBEIRO, 2019). Esses processos resultaram na criação de algumas redes e organizações exclusivas de mulheres negras, onde se estabeleceu organizações independentes que criaram suas raízes.

Isto nos deu novas possibilidades, principalmente a oportunidade de, reconhecidamente, ocupar posição de liderança que tornasse possível a inserção dos debates, demandas e prioridades de mulheres negras nos movimentos negros (PASCHÉL, 2018). Um processo semelhante também aconteceu com as denúncias de racismo dentro do movimento feminista, potencializando a criação dos espaços de mulheres negras e para mulheres negras. No fim das contas, é o enfrentamento de um sistema capitalista, patriarcal, cisheteronormativo e racista que constrói opressões e mantém exclusões de mulheres originárias e afrolatinoamericanas, na divisão sexual e racial do trabalho, nos direitos sexuais e justiça reprodutiva, em sua participação política, entre outros.

Esses processos nos dão a certeza que o surgimento do movimento contemporâneo de mulheres negras funcionou como uma alternativa importante às exclusões e



apagamentos dentro dos movimentos negros e dos movimentos de mulheres (RIBEIRO, 1995), de forma que foram consolidados espaços em que as mulheres negras tinham voz para exercer seu papel de liderança e mudança, a partir do seu ponto de vista e com suas prioridades de ativismo. São espaços femininos negros que nos dão a “possibilidade de encarar todo esse patrimônio produzido por mulheres negras como um bem da própria comunidade” (XAVIER, 2019).

E o caminho de destaque e centralidade das mulheres negras vem mesmo em meio às dificuldades do sexismo e do racismo nas sociedades. Na América Latina, as mulheres afrolatinoamericanas são protagonistas nos movimentos sociais (REIS, 2011). Segundo Ochy Curiel (2008), temos 4 (quatro) momentos que marcam o movimento contemporâneo das mulheres afrolatinoamericanas e que são tendências gerais na região, são elas: (i) a definição de uma política de identidade; (ii) o trabalho político para fora; (iii) articulação nacional, regional e mundial e (iv) demanda por inclusão nas políticas públicas.

A definição de uma política de identidade, segundo a autora, refere-se à reafirmação da subjetividade de mulheres e negras, passando pelo resgate da memória das afromulheres (CURIEL, 2008). Essa reafirmação da subjetividade de mulheres e negras está diretamente ligada com a perspectiva específica que a combinação desses lugares sociais nos dá. Ao nos colocarmos politicamente, enfatizando nossa existência como mulheres que cruzam com as estruturas do sexismo e do racismo dentro do cisheteropatriarcado e que, em sua maioria, são trabalhadoras exploradas pelo capitalismo (GONZALEZ, 1988b), trazemos um outro tipo de visibilidade e estratégia de enfrentamento para grandes problemas estruturais.

Pelo ponto de vista das mulheres negras, que reúnem esses cruzamentos, as intersecções entre raça e gênero ficam mais evidentes e, assim, as conexões e alianças no enfrentamento desses dois marcadores de opressões se tornam possíveis de serem construídas. Com a nossa perspectiva, fica evidente como a luta contra as discriminações não pode vir em partes, ela precisa ser conjunta e coesa, assim como uma mulher negra não tem como ser só mulher ou ser só negra. Vivemos e somos a junção desses eixos, e muitos outros, e assim percebemos que não dá para trabalhar o antirracismo, sem exercitar o antissexismo e o combate às demais desigualdades.²³ Esta percepção se estende para

²³ É importante incluir nessa percepção a luta contra o modelo capitalista de concentração de riqueza e exploração do trabalho. A ausência de projetos de justiça social, redistribuição de riqueza e igualdade de



todas as outras estruturas discriminatórias que vigoram em nossa sociedade. É uma contribuição essencial das mulheres afrolatinoamericanas tanto para os movimentos de mulheres, quanto para os movimentos negros na América Latina.

A reivindicação positiva do ser mulher negra também é colocada por Curiel (2008) como parte da definição de uma política de identidade. As mulheres afrolatinoamericanas se organizam ao redor da valorização de suas subjetividades múltiplas, levando em conta toda a herança e ancestralidade que acompanha a memória das afromulheres nos lugares de poder e liderança. Nós nos consolidamos em nossas organizações e comunidades como referências e apoio na construção de melhores condições de vida. É importante ressaltar que somos múltiplas diversas, dependendo do contexto em que estamos e em que país (CURIEL, 2008), contudo, ainda somos peças centrais para manter e levar a frente as lutas antirracistas e antissexistas, principalmente nos lugares que nos cercam.

O que nos leva a outro momento que a autora destaca: o trabalho político para fora. Esse trabalho político é expansivo, direcionado para outras mulheres negras, para outras comunidades marginalizadas e para outras sociedades. É um aumento no alcance, na comunicação e na ação das mulheres afrolatinoamericanas. Essa atuação expandida traz mais visibilidade ao racismo e o sexismo, nas suas mais diversas frentes e com seus diversos efeitos.

A experiência internacionalizadora dos movimentos negros esteve sempre presente: “vem desde a década de 1970, com ações relacionadas ao enfrentamento do *apartheid*, os movimentos de ação política em torno da independência de alguns países africanos e esta relação era bastante intensa” (XAVIER, 2019). Era a construção de uma relação mais simples e dependente das capacidades de cada organização, mas, ainda assim, intensa. Nos anos 1990, a agenda internacional se torna mais orgânica e integral dentro das articulações. A comprovação disso, é a criação da *Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribenhas y de la Diaspora* (RMAAD) que surge em 1992, “ela vai expressar o sentido e significado de uma rede internacional pautada na luta em favor dos direitos das mulheres e que também pensava na integração regional” (XAVIER, 2019).

oportunidades gera um maior acúmulo de vulnerabilidades para as populações negras que são maioria nas classes sociais mais baixas.



A interseccionalidade²⁴ pode ser vista como o motor do ativismo desses movimentos de mulheres negras e afrolatinoamericanas (ZAMBRANO, 2017). E mais do que uma ferramenta analítica, estamos falando de uma prática social, de acordo com a proposta de Patricia Hill Collins (2015). Essa é uma ferramenta de conhecimento e justiça social que está na base da atuação e da expansão da atuação construída pelas mulheres afrolatinoamericanas.

A mobilização coletiva é encarada como uma estratégia fundamental para enfrentar os problemas sociais complexos (ZAMBRANO, 2017), como é o caso do racismo e do sexismo e também das desigualdades de acesso e explorações decorrentes do sistema capitalista. Como nós, mulheres negras, nos encontramos numa intersecção de diferentes marcadores sociais, não seria possível construir ações que não fossem fundadas na ideia de interseccionalidade e de coletividade que refletem quem somos e nossas múltiplas formas de existir: mulheres negras lésbicas, mulheres negras mães, mulheres negras bissexuais, mulheres negras quilombolas, mulheres negras trans e por aí vamos.

O movimento de mulheres negras nos coloca como sujeitas políticas. É um movimento que “se estabelece a partir de uma pedagogia baseada na luta feminista e antirracista [...], inaugura, de certa forma, um processo novo de ação política” (XAVIER, 2019). Ele traz uma proposta mais ampla que abrange mais pessoas e, por isso, não é um movimento único. São movimentos de diversas mulheres negras, de diferentes trajetórias políticas individuais.

As organizações e mobilizações de mulheres negras congregam diferentes identidades de gênero e expressões do ser mulher negra, possibilitando que o movimento seja uma ação política que aprende com as diversas questões enfrentadas por nós, ampliando sempre sua pauta e suas concepções, para ir cada vez mais além: “mostrando que é necessário articular as condições de raça, gênero, idade, territorialidade, modos de reprodução da vida e produção da vida, como um processo impulsionador de mudanças” (XAVIER, 2019).

Nos anos de 1980, ainda dentro do momento do trabalho político para fora, as mulheres afrolatinoamericanas passam por um processo de institucionalização no qual a

²⁴ A interseccionalidade é uma ferramenta de análise que prioriza uma interpretação conjugada das diversas vulnerabilidades e identidades que atravessam uma pessoa para, então, produzir um conhecimento e ação política que seja mais profunda em sua complexidade. Lembrando que essa categoria foi sistematizada e desenvolvida por pensadoras negras como Kimberlé Crenshaw e Patricia Hill Collins, porém sempre fez parte das ações políticas de mulheres negras antes mesmo de ser nomeada.



organização na forma de coletivos autogestados e autofinanciados diminui e cresce a articulação em organizações não governamentais (ONGs) e institutos com um caráter mais vertical e mais hierárquico (CURIEL, 2008). Esse processo abriu outros caminhos para a atuação das mulheres afrolatinoamericanas, as possibilidades de diálogo com o Estado foram aumentadas, o que também coincide com o período de redemocratização na região, gerando tanto a conquista de políticas públicas como um aspecto positivo, quanto a cooptação política de algumas organizações, como um aspecto negativo dessas mudanças organizacionais (Idem).

A atuação na forma de organizações facilita a comunicação e o dinamismo na participação de processos político-institucionais. Seja nacional ou internacionalmente, isto gerou novas possibilidades de diálogo para os movimentos de mulheres negras da América Latina: “as organizações são mais ágeis, são mais rápidas. Nós não precisamos de várias assembleias [...] para tomar uma decisão” (XAVIER, 2019). Mas, ao mesmo tempo, este formato reforça um legado de “atores e atrizes carimbadas nesse cenário” (ALVES, 2019): que seriam aquelas que já participam das organizações e já possuem a experiência internacional, restando como desafio para as comunidades latino-americanas e para as mulheres afrolatinoamericanas, achar formas de compartilhar este conhecimento e experiências acumuladas para ampliar as ações.

O período de expansão da articulação das mulheres afrolatinoamericanas, tanto na perspectiva de buscar uma iniciativa nacional, quanto regional e mundial, se dá no contexto de expansão do capitalismo global. Esse momento histórico é perpassado pela intensificação de problemas e vulnerabilidades sociais em dimensões muito maiores em função de um mundo mais interligado, e novas concentrações de riqueza intensificadas por todo o globo. Isto pede uma resposta que também esteja organizada em dimensões muito maiores, de maneira conjunta no mundo e, por isso, podemos notar a transição para uma ação política transnacional (CURIEL, 2008), que oferece subsídio para um enfrentamento de assimetrias global. E é desde o final dos anos de 1980 que as mulheres afrolatinoamericanas procuram se articular regionalmente, com foco em uma demanda por inclusão nas políticas públicas nos Estados democráticos que estavam se consolidando na América Latina, tentando articular avanços para as populações negras na região.

O processo de avanço do capitalismo global também trouxe consigo muitos avanços tecnológicos, sendo a ampliação dos meios de comunicação uma das mudanças

mais significativas das revoluções tecno-informacionais para a ampliação de mobilizações em todos os níveis. A alta circulação de informações e a facilidade de conexão geram inúmeras potencialidades para os movimentos sociais e organizações. Uma mensagem consegue atingir mais pessoas em muitos lugares diferentes de forma mais rápida do que antes. Nesse cenário, a circulação de informação fica muito mais dinâmica, e saber o que está acontecendo em outros lugares, articular encontros e convocar ativistas fica menos complicado. A movimentação das narrativas, dos discursos se torna mais independente e, nesse ambiente, ficamos cada vez mais conectadas/os internacionalmente (XAVIER, 2019): circulam pessoas, histórias, informações, mobilizações, solidariedade e conhecimento, o que favorece os processos de expansão de articulação e comunicação para as mulheres afrolatinoamericanas.

O conjunto desses momentos elencados pela Ochy Curiel (2008), nos dão noção de alguns dos caminhos comuns que foram seguidos na mobilização das mulheres afrolatinoamericanas. O engajamento das mulheres negras, por mais que seja negligenciado, continua a crescer, contrariando o apagamento histórico das mulheres afrolatinoamericanas. Com o passar do tempo, desenvolvemos ativismos de mulheres negras autônomos, a partir das nossas próprias narrativas e organizações (ZAMBRANO, 2017), criando nossa própria projeção e fortalecendo nossa importância para avançar no enfrentamento da discriminação racial e de gênero na América Latina.

Os debates dentro dos movimentos negros e dos movimentos de mulheres se mostravam insuficientes para as mulheres negras, que vinham afirmando sua identidade e formulando outras prioridades de agenda e de lutas, que não eram plenamente incorporadas nos outros espaços, senão nos criados por nós. E nesta categoria de organização protagonizada por mulheres negras, o Brasil tem uma centralidade muito grande, por ser o ponto de surgimento de inúmeras organizações dentro do território (PASCHEL, 2018).

Na América Latina, o processo de reconhecimento das mulheres negras e de seu lugar específico foi bastante difícil dentro dos movimentos sociais (RIBEIRO, 1995), mas as mulheres afrolatinoamericanas reivindicavam seu espaço na luta por igualdade, com sua múltipla militância que faz parte das opressões cruzadas que formam nossa identidade (RIBEIRO, 1995). Por conta do ponto de vista diferenciado das mulheres negras a partir da intersecção de raça, gênero e demais marcadores sociais, uma ação mais radical é

proposta, que incide diretamente no que forma a base da pirâmide social nas sociedades latino-americanas: o racismo, sexismo e classismo.

Em toda a primeira década do século XXI vemos marcado o desenvolvimento de uma nova cultura política para o movimento negro na América Latina, uma cultura focada na organização em redes locais, nacionais, regionais e transnacionais; o surgimento de ONGs e a liderança e protagonismo de mulheres negras (REIS, 2011). O conjunto desses elementos é o que nos dá novas possibilidades de estratégias e articulações no ativismo recente e é uma herança que pode ser resgatada, tendo em vista as oportunidades abertas internacionalmente para a luta antirracista. Nós temos desde convenções contra a discriminação racial, formas de monitoramento de direitos humanos, relatorias especiais, tribunais até anos e décadas comemorativas, como a Década Internacional de Afrodescendentes²⁵ e outras formas de denúncia e incidência que são passíveis de serem mobilizadas a partir da nossa experiência partindo de redes, ONGs e liderança de mulheres negras.

As mulheres negras puderam acumular experiências internacionais importantes que impactaram suas organizações e discursos. O discurso da mobilização das mulheres afrolatinoamericanas orientava e guiava ações coletivas, capazes de se relacionar a outros contextos políticos e culturais para além das fronteiras nacionais. A soma do protagonismo de mulheres negras, da interseccionalidade e o contexto político regional resultou na possibilidade da articulação transnacional e regional que já mencionamos (ZAMBRANO, 2017).

A própria amefricanidade, conceito proposto por Lélia González (1988, 1988b), nos remete a essa internacionalização: uma experiência compartilhada de resistência entre mulheres negras da diáspora e mulheres indígenas, que se concentram em uma ação feminista popular que se contrapõe a estruturas conservadoras, excludentes e brancas; e resgata a própria história. Experiência esta que forma uma identidade regional, mesmo dentro das especificidades de cada nação.

“O feminismo negro na América Latina e Caribe conseguiu colocar as mulheres negras como **agentes de transformação social** e como parte de uma comunidade diaspórica, com uma **origem comum** e um presente que se **compartilhavam opressões e lutas e uma agência comum contra o racismo, a discriminação e as desigualdades**” (ZAMBRANO, 2017, p.76, grifo nosso).

²⁵ Entre esses marcos podemos citar a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, a Declaração e Programa de Ação de Durban, as visitas aos países das Relatorias Especiais, entre outros.



A identidade e mobilização regional foi concretizada com a promoção de encontros regionais e a participação em conferências mundiais, tanto sobre o antirracismo, quanto sobre antissexismo e desenvolvimento. Essas experiências deram as ferramentas e as experiências essenciais para a difusão de outras e maiores interações transnacionais, além de possibilidades mudanças políticas (PASCHEL, 2018). Os anos 1990 são marcados pelo envolvimento das mulheres afrolatinoamericanas nas Conferências Mundiais da Organização das Nações Unidas (ONU).²⁶ Nestes espaços, as que vieram antes de nós encontraram uma outra forma de ecoar e fazer ressoar suas vozes, para além da esfera nacional, para fora da América Latina, indo em direção ao sistema internacional por meio de suas ações coletivas (REIS, 2011).

Podemos verificar que as mulheres afrolatinoamericanas foram sujeitas singulares e fundamentais para a resistência e a conquista de direitos das populações negras na América Latina. Excedendo os limites da atuação nacional, as mulheres afrolatinoamericanas desenvolveram uma nova forma de ação política que cruzou as fronteiras e transpôs limites em favor da população afrodescendente como um todo.

CONSIDERAÇÕES

A diáspora está em toda parte e nós temos conexões, nós temos demandas compartilhadas, nós temos necessidades semelhantes e temos caminhos a trilhar juntas/os. A diáspora foi um exemplo de desterritorialização, ao arrancar pessoas de seus lugares e vidas, mas também de reterritorialização, quando elas construíram suas raízes em outros espaços. Sem abrir mão por completo dos laços ancestrais de onde vieram e misturando suas vidas com os novos laços criados nos lugares onde estavam, construíram uma identidade muito mais fluida, o que nos possibilita ver a territorialidade no indivíduo e em sua trajetória: seu corpo territorial.

Por força de nossa resistência, somos corpos e pessoas que passam por uma experiência de extraterritorialidade, criando uma relação de identidade muito além das

²⁶ Em 1994, podemos citar o envolvimento com a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento – ou Conferência de Cairo – e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz – ou Conferência de Beijing – de 1995 como exemplos de experiências internacionais que envolveram a atuação de mulheres afrolatinoamericanas e que possibilitaram o acúmulo de ferramentas, conhecimento e experiência para a atuação em 2001, na Conferência de Durban.



fronteiras. Carregada de nossas heranças, esta extraterritorialidade é fundamentalmente expressa na centralidade e na importância das mulheres. Mulheres negras, enquanto agentes políticos de mudança, mulheres negras como detentoras de poder e sujeitas fundamentais para seus núcleos familiares e comunidades. Mesmo com o apagamento histórico racista e patriarcal, mulheres negras são referências e vêm reivindicando e recebendo mais reconhecimento por suas ações.

E na América Latina não é diferente. Contando com uma amefricanidade que une não apenas afrodiáspóricas, mas também as mulheres originárias em suas resistências e conexões, As afrolatinoamericanas são centrais para os avanços da luta antirracista, antissexista e anticapitalista. A interseccionalidade, como prática e pensamento, cruzando racismo, sexismo e capitalismo nos dá outras perspectivas de construção e enfrentamento das discriminações de raça e de gênero. Perspectivas que tendem a ser muito mais inclusivas, completas e contracoloniais.

Hoje, as populações afrolatinoamericanas colhem os frutos das sementes plantadas há gerações por esta história de lutas e batalhas de mulheres originárias e afrodiáspóricas. Existe um caminho aberto de construção coletiva, inclusiva, antirracista e de mulheres para a reivindicação de direitos, cidadania, redistribuição de riqueza e pertencimento. Daqui para frente os caminhos são nossos e te convidamos para construir coletivamente.

Nas palavras de Luiza Bairros (2012) a luta contra o racismo nos une a todas/os, porém essa luta parte de diversos lugares: A partir do seu lugar nessa coletividade, vá construindo na sua escola, no seu estado, no seu grupo de amigas/os, no seu espaço de trabalho, na sua família. Todas nós vamos fazendo um pedacinho, inter cruzando nossas agendas, vamos sendo os pilares dos nossos núcleos, vamos alçando voos maiores, vamos nos conhecendo e nos reconhecendo, vamos viajando e criando conexões, vamos criando, vamos multiplicando. Nós por nós: mulheres afrolatinoamericanas cruzando e rompendo fronteiras para mover as estruturas. Esta é a luta de uma vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? *Letramento*, Belo Horizonte, 2018.

ALMEIDA, Eliene Amorim de; SILVA, Janssen Felipe da. Abya Yala Como Território Epistêmico: Pensamento Decolonial Como Perspectiva Teórica. *Interterritórios*, Caruaru, vol. 1, n.1, 2015.

ALVES, Raíla de Melo. Entrevista concedida a Aisha Sayuri Agata da Rocha. Brasília, 23 out 2019.

ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La Frontera: the new mestiza*. Aunt Lute Book Company, 1ª ed., San Francisco, 1987.

BARROS II, João Roberto. O racismo de Estado em Michel Foucault. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, vol. 15, n. 1, p. 01-16, jan-abr 2018.

BAIROS, Luiza. Feminismo e antirracismo: entraves e intersecções. Entrevista com Luiza Bairos, ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Entrevista concedida a Sonia E. Alvarez. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 20, n. 3, p.833-850, set-dez 2012

BANCO MUNDIAL. *Afrodscendentes na América Latina: Rumo a um Marco de Inclusão*. Licença: *Creative Commons Attribution*. Washington, DC, 2018.

BLACKWELL, Maylei; NABER, Nadine. Interseccionalidade em uma era de globalização: as implicações da Conferência Mundial contra o Racismo para práticas feministas transnacionais. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 10, n.1, p. 189-198, jan 2002.

CARDOSO, Claudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Revistas Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 22, nº 3, p.965-986, set-dez 2014.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. *Panorama Social da América Latina*. Nações Unidas, Santiago, 2016

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*. vol.31, n.1, p.99-127, jan-abr 2016

COLLINS, Patricia Hill. Intersectionality's definitional dilemmas. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, n. 41, p.1-20, 2015.

COSTA, Daniela Lima. *Corpos territoriais: reflexões sobre nacionalidade, território e diáspora*. 2017. Disponível em: <<https://laciunb.wordpress.com/2018/03/29/corpos-territoriais-reflexoes-sobre-nacionalidade-territorio-e-diaspora/>>. Acesso em ago 2019

CURIEL, Ochy. Las mujeres afrodescendientes de america latina y caribe - de la victimizacion y del multiculturalismo ingenuo a la construccion de sujetas politicas. *AECID*, ago 2008. Disponível em: <https://www.aecid.org.co/recursos_user/publicaciones%20aecid/conferenciadiadelamujerafro.pdf>

DEL POPOLO, Fabiana Del. La inclusión de los pueblos indígenas y afrodescendientes en los censos de población y vivienda: avances y desafíos para la ronda 2020. In: CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. *Aspectos conceptuales de los censos de población y vivienda: Desafíos para la definición de contenidos incluyentes en la ronda 2020*. Nações Unidas, Santiago, 2019.

DU BOIS, W.E.B. *Worlds of Color*. *Foreign Affairs*, vol. 3, n. 3, abr 1925. p. 423-444.

PINEDA G., Esther. Os Afro-descendentes frente ao racismo latino-americano: autoria étnica e endorracismo. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 10, n. 26, p. 10-26, out. 2018.

GARCÍA, Alejandro de La Fuente. El activismo y los estudios afrolatinoamericanos. p. 237-244. In: SEPTIEN, Rosa Campoalegre (ed). Afrodescendencias: voces en resistencia. CLACSO, 1ª ed., Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2018.

GONZALEZ, Lélia. “A categoria político-cultural de amefricanidade”. *Tempo Brasileiro*, nº. 92/93, Rio de Janeiro, jan./jun.1988.

GONZALEZ, Lélia. “Por um feminismo afrolatinoamericano”. *Revista Isis Internacional*, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988b.

HOOKER, Juliet. Inclusão indígena e exclusão dos afro-descendentes na América Latina. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v.18, n.2, nov 2006, pp.89-111.

HOOKER, Juliet. Afro-descendant Struggles for Collective Rights in Latin America: Between Race and Culture. *Souls*, Columbia, vol. 10, iss. 3, p. 279-291, 2008.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf> Acesso em: 29 mai 2020.

JONES, Jennifer. Afrolatinos: Hablar através de los silêncios y repensar las geografias de la negritud. p. 665-718. In: ANDREWS, George Reids; FUENTE, Alejandro de la (org). Estudos afro-latinoamericanos: uma introdução. CLACSO, 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2018.

LEMONS, Rosália. Entrevista concedida a Aisha Sayuri Agata da Rocha. [WhatsApp]. Brasil, out-nov 2019.

OLIVEIRA, Luma. Lélia Gonzales e o português afro-brasileiro como ato político e de resistência. CEERT, 2017. Disponível em: <<https://ceert.org.br/noticias/genero-mulher/15594/lelia-gonzalez-e-o-portugues-afro-brasileiro-como-ato-politico-e-de-resistencia>> Acesso em: 19 ago 2019.

ÔRI. Direção: Raquel Gerber. Roteiro: Beatriz Nascimento, Raquel Gerber. Brasil: [s. n.], 1989. 1 Pen drive.

PASCHEL, Tianna S. Repensando la movilización de los afrodescendientes en América Latina. p.269-316. In: ANDREWS, George Reids; FUENTE, Alejandro de la (org). Estudos afro-latinoamericanos: uma introdução. CLACSO, 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2018.

PASCHEL, Tianna S.; SAWYER, Mark Q. Contesting Politics as Usual: Black Social Movements, Globalization, and Race Policy in Latin America. *Souls*, Columbia, vol. 10, iss. 3, p.197-214, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades. Desenvolvimento e Meio Ambiente, *Editora UFPR*, n. 20, p. 25-30, jul./dez. 2009.

RATTS, Alex. Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. *Imprensa Oficial*, São Paulo, 2006.

REIS, Marilise Luiza Martins dos. Vozes e políticas da diáspora na América Latina e Caribe: A Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora como movimento transnacional afrodiáspórico. *Revista Brasileira do Caribe*, São Luís, vol. XI, n. 22, p. 101-131, jan-jun 2011.

REIS, Raissa Brescia dos. Reivindicações pela origem: a apropriação do Egito Antigo pelo discurso pan-africanista. *Cadernos CESPUC*, Belo Horizonte, n. 20, p. 87-94, 2010.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres Negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 16, n.3, p.987-1004, set-dez 2008.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres Negras Brasileiras: De Bertioiga a Beijing. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 3, n.2, p.446-457, set-dez 1995.

RIBEIRO, Matilde. Entrevista concedida a Aisha Sayuri Agata da Rocha. Brasília, 31 out 2019.

ROCHA, Aisha Sayuri Agata da. *Relações Internacionais: um conhecimento racializado*. 2018.

ROCHA, Aisha Sayuri Agata da. Violência policial: o impacto (e a reação) das mulheres negras. 2017. Disponível em: <<https://lacriunb.wordpress.com/2018/03/02/violencia-policial-o-impacto-e-a-reacao-das-mulheres-negras/>> Acesso em: 23 set 2019

ROLAND, Edna. Entrevista concedida a Aisha Sayuri Agata da Rocha. Guarulhos, 24 jul 2019.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, Quilombos: modos e significações*. INCT, Brasília, 2015.

SILVA, Vinícius da. *As margens do rio Nilo: Introdução à filosofia kemética*. 2018. Disponível em: < <https://medium.com/neworder/as-margens-do-rio-nilo-introducao-a-filosofia-kemetica-b3528f0b39ee>> Acesso em: 22 jun 2020.

THOMPSON, Debra. Through, against and beyond the racial state: the transnational stratum of race. *Journal Cambridge Review of International Affairs*, vol. 26, iss. 1, 2013.

VIANA, Laila Gleyce Santos. *O pessoal é internacional: feminismo negro e relações internacionais*. 2016. 73 f. Monografia (Graduação). Faculdade de Ciências Jurídicas e Ciências Sociais, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2016.

VILLAÇA, Mariana Martins. *A redemocratização na América Latina*, s/d. Disponível em: <<http://anphlac.fflch.usp.br/redemocratizacao-apresentacao>>. Acesso em: 05 nov 2019

WALKER, Sheila S. Introdução: Recolocando os pedaços de Osíris/Recompondo o quebra-cabeça A diáspora africana na América do Sul hispanofalante. p. 13-84. In: WALKER, Sheila S. (org). *Conhecimento desde dentro: os afro-sul-americanos falam de seus povos e suas histórias*. Tradução: Viviane Conceição Antunes. *Kitabu*, 1ª ed., Rio de Janeiro, 2018

WERNECK, Jurema. De Ialodês e Feministas: Reflexões sobre a ação política das mulheres negras na América Latina e Caribe. *Nouvelle Questions Féministes – Revue Internationale Francophone*, vol. 24, n. 2, 2005.

WILKINSON, Philip. *O livro da mitologia*. Tradução: Bruno Alexander. *Globo Livros*, 1ª ed., São Paulo, 2018.

XAVIER, Lúcia. Entrevista concedida a Aisha Sayuri Agata da Rocha. Brasília, 16 out 2019.

ZAMBRANO, Catalina González. *Mulheres negras em movimento: ativismo transnacional na América Latina (1980-1995)*. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Recebido em: 01/09/2021

Aprovado em: 08/05/2022